UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL

MEMORIAL FORMATIVO DE MICHELINE REZENDE DE OLIVEIRA PELLEGRINI INDELICATO

extraído em fevereiro de 2025 do relatório de pesquisa intitulado **A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA NA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS ADOTADA NO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA ESTADUAL GENERAL CARNEIRO, NA CIDADE DE SABARÁ, MINAS GERAIS (2018-2020)**

Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Indelicato, Micheline Rezende de Oliveira Pellegrini.
I2c A contextualização do ensino de história na coleção de livros didáticos adotada no ensino médio na Escola Estadual General Carneiro, na cidade de Sabará, Minas Gerais (2018-2020) / Micheline Rezende de Oliveira Pellegrini Indelicato. – Uberlândia (MG), 2024.
140 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.
Orientadora: Profa. Dra. Gercina Santana Novais.

1. Ensino. 2. História – Estudo e ensino. 3. Livros didáticos. 4. Ensino médio. I. Novais, Gercina Santana. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.102

MEMORIAL: Uma história de superação de processo de exclusão escolar

De repente, estava sozinha. Meu pai, perdido no mundo e minha mãe, trabalhando 12 horas por dia a fim de levar um mínimo de dignidade para casa. Depois de anos no banco escolar, chegara o momento de decidir a minha profissão. Não tive orientação de ninguém, estava completamente sem direção. Fui fazer um cursinho preparatório para vestibular e nesse local realizei um teste vocacional. As profissões que atendiam aos meus interesses eram Direito e professora de História. Na minha cabeça, o estudo do Direito resumia-se a decorar os conceitos; além do mais, era um curso dispendioso, cujos custos minha família não tinha condições para arcar. Então, descartei imediatamente essa opção, mesmo tendo interesse.

Na década de 1990 vislumbrávamos apenas cinco profissões – não significa que não existissem outras, mas estas eram as mais conhecidas: direito, medicina, odontologia, engenharia e a área da educação, sendo as quatro primeiras restritas às famílias abastadas, devido ao alto custo, restando a educação para o remanescente da sociedade. O valor das mensalidades das faculdades particulares era muito elevado e conseguir bolsa de estudo era um fato raro.

Filha de escola pública, pais separados, com a família vivenciando muitas dificuldades financeiras, restou-me ser professora. Todas os argumentos citados me levaram a escolher a educação; no entanto, tive um professor de História que marcou a minha vida escolar na antiga 6ª série e, mais tarde, fomos colegas de trabalho. Esse professor me ensinou aquilo que Paulo Freire (1967, p. 104) dizia: "Não basta saber ler que Eva viu a uva"; e citado por Gadotti (1996, p. 72): "É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho". A partir daí comecei a compreender o mundo no qual estava inserida e, principalmente, qual era o meu lugar nesse mundo. Ser professora não foi a minha primeira escolha, mas hoje sou extremamente orgulhosa da minha profissão porque consigo ajudar meus alunos a se posicionarem perante as dificuldades impostas pela sociedade, constatando que desistir de estudar não é o caminho mais fácil.

A situação de exclusão escolar dos estudantes oriundos das classes populares piorava à medida que as universidades federais eram 'direcionadas' para os mais opulentos. Os cursos de Medicina ou Odontologia geralmente eram ocupados pelos filhos

da elite, uma vez que tinham tempo ocioso para se preparar intelectualmente a fim de prestar o vestibular. Como explica Martins (2000, p. 57):

> Algumas instituições públicas que concentram determinados cursos tradicionais (direito, medicina, engenharia, arquitetura, odontologia etc.) acolhem um público de considerável capital social e/ou escolar e têm demonstrado sérias dificuldades para expandir suas matrículas, porque se o fizessem teriam de incorporar outro tipo de público, destituídos de distinção social.

Atualmente essa situação vem-se modificando. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022 (BRASIL, 2023), temos 2.595 instituições de Educação Superior distribuídas em universidades, centros universitários, faculdades – tanto no setor público como no privado –, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (CEFET). Desse total 56,1% são universidades públicas. No decênio de 2012 a 2022, mais da metade (64,8%) das matrículas em cursos de graduação da rede pública estão em instituições federais. Além desses dados, temos a Lei de Cotas[1], que beneficiou parcela daqueles que estavam excluídos do sistema educacional superior. Houve um aumento de 167% do número de ingressos na Educação Superior federal por meio de ações afirmativas. Os dados do censo 2022 mostram ainda que, no curso de Medicina, por exemplo, 42% dos pretos, pardos e indígenas utilizaram-se do PROUNI[2] para acessar as universidades (BRASIL, 2023).

---

[1] Publicada em 29 de agosto de 2012, a Lei de Cotas (Lei Nº 12.711) decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas. No caso dos cursos técnicos, tem que ter estudado todo o ensino fundamental na rede pública. Para os cursos superiores, o ensino médio. A Lei de Cotas prevê uma atualização a cada dez anos, com isso, em 2020 foi iniciado o processo de revisão da política de cotas. No dia 13 de dezembro de 2023 foi sancionada pelo Presidente Lula a Lei 14.723. A nova legislação, que vale para o Sistema de Seleção Unificada (SISU) de 2024, determina a reserva somente se não forem alcançadas as notas para ingresso pelas vagas de ampla concorrência, a inclusão dos quilombolas entre os cotistas e a exigência de um salário-mínimo como renda *per capita* familiar máxima do estudante candidato ao ingresso pelas cotas por ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Fonte: BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

[2] O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI** – Apresentação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGlvbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2NCZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09cHJvdW5pJmQ9cyZwYXJhbXNbZGVdPSZwYXJhbXNbYXRlXT0mcGFyYW1zW2NhdGlkXT0mcGFyYW1zW3NlYXJjaF9tZXRob2RdPWFsbCZwYXJhbXNbb3JkXT1wcg==#:~:text=C%C3%B3digo%20para%20do%20Twitter.,institui%C3%A

Fiz vestibular e fui aprovada, não na Universidade Federal de Minas Gerais, mas em uma faculdade privada, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI-BH), em 1992. Quando o resultado foi divulgado e vi meu nome na lista de aprovados, o êxtase contagiou meu espírito, a vontade de chorar e de pular de alegria envolvia toda a minha estrutura corporal. Mas, de repente, veio o choque: "E agora, como vou fazer para pagar as mensalidades?". A realização desse sonho requeria muito sacrifícios. Tive que começar a trabalhar para ajudar minha mãe a pagar os boletos.

Foram quatro anos levantando-me às cinco da manhã e chegando em casa às 23 horas. Mas, no final, valeu a pena: antes mesmo de me graduar eu comecei a lecionar em uma escola do Estado de Minas Gerais, na periferia de Belo Horizonte.

E, nesse contexto, pude verificar que a formação docente constitui, também, o profissional da educação, portanto, reflete-se diretamente na sua prática pedagógica, no desenvolvimento do ensino e do fazer docente. Assim sendo, não se resume meramente à habilitação técnica de ministrar aulas, mas se estende ao fomento do pensamento reflexivo crítico. Segundo Freire (2011, p. 16), "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo".

O exercício da docência provocou em mim a necessidade de fazer uma pós-graduação, pois a formação continuada é essencial para um trabalho de qualidade do professor. Isso porque

> A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de finitude. Mas ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (Freire, 1993, p. 12).

Em 1996, matriculei-me no curso de pós-graduação, estudando aos sábados, porque tinha que trabalhar durante a semana. Foi mais um ano de muita luta até conseguir me formar. Agora eu estava graduada e trabalhando demasiadamente na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. A formação não me possibilitou uma ascensão social porque, desde 1995, o salário do professor, como hoje, nunca foi vultoso. Era muito difícil me manter e comprar livros para poder me atualizar. Eu conseguia ler algumas obras que estavam à disposição na biblioteca da escola, como, por exemplo, o livro de Darcy Ribeiro

7%C3%B5es%20privadas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior. Acesso em: 23 mar. 2024.

O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil (Ribeiro, 1995), que aborda a história da formação do povo brasileiro – assim me mantinha atualizada. Sempre participava de cursos oferecidos pela Secretaria da Educação e de alguns seminários.

À medida que conseguia mais experiência, fui contratada para trabalhar em uma rede de ensino privada. A partir daí minha vida acadêmica melhorou bastante, pois, com o salário um pouco melhor, consegui adquirir alguns livros, tais como: *História na Sala de Aula - Conceitos, Práticas e Propostas* (Karnal, 2010); *Ensino de História: Fundamentos e Métodos* (Bittencourt, 2009); *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Júnior, 2008), entre outros. O ensino de História tem sido objeto de debate e reflexão ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito aos métodos utilizados e aos fundamentos pedagógicos subjacentes. No Brasil, especificamente, o ensino da referida disciplina tem passado por transformações significativas devido às mudanças curriculares, aos avanços na pesquisa histórica e às demandas da sociedade contemporânea. Nesse contexto, os dois primeiros livros demonstravam uma preocupação em abordar a História de forma contextualizada. Isso significa apresentar os eventos, os sujeitos e as ideias históricas dentro de um contexto mais amplo, considerando os diversos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e geográficos que influenciaram e foram influenciados pelos acontecimentos históricos. Essa abordagem implica relacionar os eventos do passado com o contexto em que ocorreram e com as consequências que tiveram no presente.

Festas (2015, p. 3), em seu artigo intitulado *A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas*, também apresenta elementos para refletirmos sobre contextualização: “Defende-se uma escola, um ensino e uma aprendizagem centrados em saberes contextualizados, alternativos aos conhecimentos acadêmicos que se apresentavam como os principais objetivos da escola tradicional”. Esses saberes contextualizados, segundo a autora, ocorrem quando os alunos são os protagonistas na descoberta e na construção do seu conhecimento, através de observação e participação em atividades que têm relevância e significado real para eles.

Mais encorajada com as leituras, participei do processo seletivo para o mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais por três vezes, sem sucesso. Talvez a inexperiência na escrita de um pré-projeto me fez desistir... Então, me interessei pelo fenômeno recente da internet, por meio do qual conseguia elaborar minhas aulas no Power Point. Enfim, foi um período no qual me encontrei como professora, porque, com a

habilidade de construir os conteúdos com a ajuda do sistema Windows, as minhas aulas ficaram mais atrativas, na visão dos jovens estudantes.

Depois de 23 anos trabalhando como professora, sendo 18 deles na Escola Estadual General Carneiro, surgiu uma oportunidade de fazer mestrado, em 2022. O Governo de Minas Gerais criou um programa denominado *Trilhas de Futuro - Educadores*, projeto que visa ofertar aos servidores, gratuitamente, cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu* (especialização e MBA), na modalidade EaD, e vagas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), na modalidade presencial, por meio do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação.

Participei do processo de seleção e fui aprovada. Mais uma vez, o choro e a alegria dominaram meu espírito, mas, agora era diferente, eu não precisava pagar mensalidade. Logo nas primeiras aulas, aprendi algo que vou carregar para o resto da minha vida: "Não se posicionar significa que você tomou uma posição". Sem dúvida nenhuma, foi o Conversatório[3] mais importante da minha vida. Hoje aprendi que não existe neutralidade, mesmo se um indivíduo não se posiciona diante de uma questão. Freire (1989) reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou "astutas", negando de vez a pretensa neutralidade da educação (Freire, 1989, p. 7).

Como pesquisadora, esse foi o primeiro momento que me fez refletir sobre como eu lecionava e como eu estava me posicionando diante das questões relacionadas à educação. Sempre fui questionadora, entretanto, percebi que estava adormecida essa minha inquietude. As aulas despertaram todas as minhas dúvidas e reflexões. Percebi que tenho muita experiência de vida; no entanto, como fui submetida ao longo dos anos a uma educação para submissão onde os espaços para questionamentos, críticas e o diálogos eram carentes, foi desafiador adotar no início essa nova perspectiva.

As aulas do curso de mestrado trouxeram à luz conceitos e discussões que não eram parte das minhas interrogações. As elaborações de Paulo Freire me fizeram refletir muito sobre concepções de educação, ensino e aprendizagem e seus significados na escolarização das classes populares. Nunca tinha trabalhado ou questionado o sistema a partir da visão desse educador da vida. O diálogo, a conscientização e a problematização

[3] O Conversatório foi desenvolvido na disciplina denominada Projeto de Intervenção na Educação Básica, com o objetivo de que todos os alunos matriculados discorressem sobre o tema da aula, trazendo suas leituras e experiências como docentes. Era um espaço de diálogo, reflexão e socialização do conhecimento.

passaram fazer parte das minhas aulas. Isso não significa que não existissem antes, mas era algo efêmero, pois, querendo ou não, manter essa forma de lecionar é algo que dá muito trabalho e faz com que nós professores saiamos da nossa zona de conforto. Tal processo fortaleceu a busca por ensino contextualizado. Disso decorreu, também, entre outras ações, a priorização de saberes contextualizados nas aulas de História.

O conhecimento é provisório e sempre passível de ampliação, por isso temos que construí-lo o tempo todo. Devemos abrir o leque de oportunidades e de questionamentos, temos que dialogar, optar pelos interesses e demandas dos alunos das classes populares, e só assim conseguiremos fomentar uma educação crítica e libertadora. Nesse processo, como educador – educando, como enfatiza Freire (1989), o questionamento é um ato permanente e fomentador de tomada de decisão.

Assim, em busca de respostas aos meus questionamentos como professora de História, decidi aprofundar o estudo a respeito da contextualização e se ela estava contemplada na coleção de livros didáticos de História do Ensino Médio adotada na escola onde trabalho. Por conseguinte, optei por desenvolver um projeto de pesquisa com o tema "A Contextualização do Ensino de História na coleção de Livros Didáticos[4] adotada no Ensino Médio na Escola Estadual General Carneiro, na Cidade de Sabará, Minas Gerais (2018-2020)".

É importante ressaltar que a contextualização facilita o fomento da postura dos alunos de estabelecerem um diálogo com os conhecimentos históricos desenvolvidos no passado, pois eles precisam ter uma compreensão do contexto em que tal conhecimento histórico foi gerado. O estabelecimento dessa ligação entre o passado e o presente é mediado pelo professor, que utiliza o conhecimento prévio do aluno como ponto de partida. Nesse processo, há possibilidade de o aluno ser o protagonista de sua própria história, pois

> O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua "incompetência" para explicar os fatos (Freire, 2011, p. 55).

É partir do diálogo que os sujeitos históricos conseguem se modificar para transformar a sociedade, buscar a liberdade e rejeitar a manipulação. O diálogo como

[4] Será analisada a coleção de 1º, 2º e 3º anos do livro didático do Ensino Médio.

método e conteúdo de ensino, associado ao ensino contextualizado, é fundamental nesse processo de fomento da educação emancipadora.

Como professora de História, minha prática educacional é profundamente enraizada na contextualização. Ao longo dos anos, aprendi que simplesmente apresentar eventos históricos ou fatos sem conectar seu significado e relevância ao contexto mais amplo pode levar os alunos a uma compreensão superficial e desinteressada. Toda vez que vou iniciar um conteúdo novo dentro de sala de aula, pesquiso diversas fontes sobre o mesmo conteúdo. Ao ensinar sobre períodos históricos específicos, por exemplo, a Revolução Industrial ou a Guerra Fria, sempre busco criar e fomentar conexões significativas entre os eventos e os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que os influenciaram e foram influenciados por eles. Isso permite que os estudantes vejam além dos acontecimentos superficiais e compreendam as complexidades e interconexões que moldaram o mundo em que vivemos, pois, argumento que desta forma o conhecimento não ficaria solto ou desconectado. Argumento, portanto, sobre a necessidade de estabelecimento de interconexões por professores e estudantes, durante o ensino e aprendizagem de conhecimentos históricos.

Além disso, ao contextualizar os referidos conhecimentos, procuro incorporar diferentes perspectivas e vozes, incluindo aquelas que foram historicamente marginalizadas ou negligenciadas. Isso não apenas constitui outras narrativas históricas, mas também promove a empatia e o entendimento das experiências diversas que contribuíram para a construção da sociedade atual. Assim sendo, os alunos terão a oportunidade de aprender sobre os sujeitos coletivos da História, não se limitando apenas aos "heróis". É importante reconhecer que a História é composta não só por figuras definidas como proeminentes, mas também por pessoas comuns, que frequentemente desempenharam papéis fundamentais na concretização de eventos significativos.

Em resumo, a reflexão sobre minha experiência como professora de História me ensinou que a contextualização é essencial para promover uma compreensão profunda e significativa do passado e do presente. É através dessa “lente contextual” que os alunos podem apreciar a complexidade e a riqueza da História e aplicar esse entendimento em suas vidas diárias e na tomada de decisões informadas para o futuro. Assim sendo, optei por desenvolver uma pesquisa sobre “A Contextualização do Ensino de História na coleção de Livros Didáticos adotada no Ensino Médio na Escola Estadual General Carneiro, na Cidade de Sabará, Minas Gerais (2018-2020)”.